



# **Inovação Social e Construções Solidárias: o caso das Agroindústrias familiares no Semiárido da Paraíba – Brasil<sup>1</sup>**

**Ricélia Maria Marinho Sales**

*Universidade Federal de Campina Grande – Pombal – Paraíba – Brasil*

**Maria da Paz Nascimento dos Santos Silva**

*Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba – Paraíba – Brasil*

**Gesinaldo Ataíde Cândido**

*Universidade Federal de Campina Grande – Campina Grande – Paraíba – Brasil*

**Luís Gustavo de Lima Sales**

*Universidade Federal de Campina Grande – Pombal – Paraíba – Brasil*

## **Resumo**

O objetivo foi analisar as agroindústrias familiares no tocante à diversificação da atividade da agricultura no Semiárido da Paraíba – Brasil. Os aspectos metodológicos se pautaram em dois conceitos estruturadores, quais sejam: a economia solidária e a inovação social. Os procedimentos adotados foram: sensibilização *in lócus*; prospecção; levantamento bibliográfico e análise descritiva. Quanto aos resultados destacaram-se as experiências construídas de modo intuitivo por parte das agricultoras e agricultores e, no momento seguinte, a busca por organização que resultou no Fórum Sertanejo da Economia Solidária, que dá um apoio no tocante à orientação das práticas coletivas. Portanto, houve o fortalecimento das Associações: Várzea Comprida dos Oliveiras, localizada em Pombal/PB; Riacho dos Currais em São Bentinho/PB e; Poços de Baixo em Teixeira/PB; e, conseqüentemente a constituição das agroindústrias “Bolo das Oliveiras”, “Emana Mel” e “Sabor da Serra”, que contam com 19, 12 e, 25 agricultores e agricultoras. A produção varia entre fabricação de bolos e derivados da panificação, passando pelo beneficiamento de mel e, processamento de polpa de frutas. Estas atividades produtivas estão se destacando na região tanto pelo modo de organização quanto pelo papel preponderante das mulheres no

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto do aprofundamento do trabalho intitulado: **Agroindústrias familiares com foco solidário e a diversificação da atividade agrícola no Semiárido da Paraíba – Brasil** que foi apresentado durante o Third International Conference – Agriculture and food in an urbanizing society, realizado entre os dias 17 e 21 de setembro de 2018, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

tocante a liderança. Desse modo, tem garantido a soberania e a segurança alimentar e nutricional, primeiro na comunidade rural e, depois, influenciando os hábitos alimentares nas cidades, controlando e evitando o desperdício de alimentos, além de contribuir com a preservação dos elementos da natureza. Concluiu-se que as ações desenvolvidas estão se revelando como contribuições para a transformação da agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Economia solidária. Sustentabilidade. Segurança alimentar.

### **Social Innovation and Solidary Constructions: the case of family agro-industries in the Paraíba Semi-arid - Brazil**

#### **Abstract**

The objective was analyzing the family agroindustries regarding the diversification of the agricultural activity in the Semi-arid of Paraíba - Brazil. The methodological aspects were based on two structuring concepts: family farming and solidarity economy. The procedures adopted were: sensitization in locus; prospection; bibliographic survey; and descriptive analysis. As for the results, we highlight the experiences built intuitively by women farmers and farmers, and the next moment in the search for organization seek to set up the Sertanejo Forum of the Solidarity Economy, which provides support for the orientation of collective practices. Therefore, there was a strengthening of the Várzea Comprida de Oliveiras Rural Associations, located in Pombal/PB; Riacho dos Currais in São Bentinho/PB and; Poços de Baixo in Teixeira/PB and, consequently, the establishment of agro industries "Bolo das Oliveiras", "Emana Mel" and "Sabor da Serra", with 19, 12 and 25 farmers. The production varies between cake making and bakery derivatives, through the processing of honey and fruit pulp processing. These productive activities are emerging in the region both in terms of the organization and the leading role of women in leadership and ensuring the sovereignty of food and nutrition security first in the community and then influencing eating habits in cities as well as control and methods to avoid wastage and the preservation of the elements of nature. It was concluded that the actions developed are proving to be contributions to the transformation of family agriculture.

**Keywords:** Solidarity. Sustainability. Food security.

### **Innovación Social y Construcciones Solidarias: el caso de las Agroindustrias familiares en el Semiárido de Paraíba - Brasil**

#### **Resumen**

El objetivo fue analizar las agroindustrias familiares en cuanto a la diversificación de la actividad agrícola en el Semiárido de Paraíba - Brasil. Los aspectos metodológicos se basaron en dos conceptos estructuradores, que son: la agricultura familiar y la economía solidaria. Los procedimientos adoptados fueron: sensibilización in locus; la prospección; levantamiento bibliográfico; y el análisis descriptivo. En cuanto a los resultados se destacaron las experiencias construidas de modo intuitivo por parte de las agricultoras y agricultores y en el momento siguiente en la búsqueda por organización buscan montar el Foro Sertanejo de la Economía Solidaria que da un apoyo en la orientación de las prácticas colectivas. Por lo tanto, hubo el fortalecimiento de las Asociaciones: Várzea Comprida de los Oliveiras, ubicada en Pombal/PB; Y en el caso de las mujeres; Riacho dos Currais en São Bentinho/PB; Poços de Baixo en Teixeira/PB; y, consecuentemente, la constitución de las agroindustrias "Bolo das Oliveiras", "Emana Mel" y "Sabor da Serra", que cuentan con 19, 12 y 25 agricultores y agricultoras. La producción varía entre la fabricación de pasteles y derivados de la panificación, pasando por el beneficiamiento de miel y, procesamiento de pulpa de frutas. Estas actividades productivas se destacan en la región tanto por el modo de organización y por el papel preponderante de las mujeres en cuanto al liderazgo y garantizando la soberanía

de la seguridad alimentaria y nutricional primero en la comunidad y luego influenciando los hábitos alimentarios en las ciudades, así como, control y métodos para evitar el desperdicio y, la preservación de los elementos de la naturaleza. Se concluyó que las acciones desarrolladas se están revelando como contribuciones para la transformación de la agricultura familiar.

**Palabras clave:** Economía solidaria. Sostenibilidad. Seguridad alimentaria.

## 1 Introdução

No início dos anos 90 do século XX o Brasil vivenciou um ciclo de demissões, subemprego e colapso da indústria (ANTUNES, 1995) o que impulsionou o surgimento de iniciativas e da organização de empreendimentos autogestionários, que se contrapôs ao modelo capitalista vigente (CANO, 2010 e 2012). Tais iniciativas e organização constituíram em um tipo de cooperativismo não empresarial fomentado principalmente pela necessidade de obter uma ocupação e resgatar os indicadores que compõem as condições de vida que sustentam a dignidade humana.

De acordo com Singer (2002), este tipo de cooperativismo caracterizou-se por um cooperativismo solidário, isto é, a “Economia Solidária” – que chegou a se tornar uma política pública federal no início do século XXI (2003), implementada pelo Ministério do Trabalho, atualmente, totalmente desmontada.

Mesmo com o fim da Política institucional da “Economia Solidária”, sua semente frutificou e ainda constata-se a existência de ações e projetos, de plenárias, de feiras, de redes e de fóruns, organizados, em sua maioria, de modo autônomo e/ou voluntário.

A manutenção e organização sustentada pelos princípios da economia solidária é algo da luta humana por sobrevivência. Ao longo de toda história do capitalismo, homens e mulheres procuraram alternativas para vencer sua situação de miserabilidade e desemprego, estabelecendo práticas e organizações variadas que põem em vista desde uma simples obtenção de sustento imediato à transformação revolucionária do sistema socioeconômico (CORNELIAN, 2006).

Conforme Singer (2002) o capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a tomá-lo como normal ou natural. O que significa que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos: cada produto deve ser vendido em numerosos locais, cada emprego deve ser disputado por numerosos pretendentes, cada vaga na universidade deve ser disputada por numerosos vestibulandos, e assim por diante.

O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. O propósito desses princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que ganha à vida por meio da venda de sua força de trabalho à outra classe. A consequência é competição e a desigualdade (SINGER, 2002).

A economia solidária é um modo de produção, cujos princípios são o coletivismo ou a associação do capital e o direito à liberdade individual. As iniciativas da economia solidária atingem aqueles que são descartados ou em vias de exclusão do mercado de trabalho e, pessoas excluídas pertencentes às classes populares, que buscam alternativas para geração de renda. Essas iniciativas apresentam diversas

formas: cooperativas que atuam em diferentes setores da economia, tais como produção, consumo, serviços, pequenas empresas de caráter familiar e/ou comunitário, bancos populares, clubes comunitários de troca, entre outras (AZAMBUJA, 2009).

O Fórum Permanente Sertanejo da Economia Solidária é uma forma de organização das iniciativas através do uso de instrumentos do movimento da Economia Solidária que, no Brasil, foi fruto da luta dos movimentos sociais que teve como marco temporal o ano de 2003, com a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego e, a partir daí começou a se estruturar na escala nacional, estadual e regional.

Na atualidade, esta secretaria não existe mais, tendo sido rebaixada para um departamento dentro do Ministério da Cidadania, a partir da Medida Provisória de Número 870/2019 publicada em primeiro de janeiro do ano corrente. Apesar da não existência da SENAES, as instâncias estaduais não governamentais continuam resistindo.

Tanto o Fórum Estadual da Paraíba quanto o Fórum Permanente Sertanejo da Economia Solidária são formados por entidades não governamentais de agricultoras e agricultores familiares se consolidando como um espaço de articulação e diálogo pela construção da economia solidária e, de um outro modelo de desenvolvimento mais inclusivo, ultrapassando a lógica das empresas capitalistas.

Grandes são as diferenças entre as empresas capitalistas e as empresas solidárias. Pode-se afirmar que, nas empresas capitalistas os empregados ganham salários conforme o que produzem, produção esta determinada pela lei da oferta e demanda do mercado. Já na empresa solidária, os sócios não recebem salário, mas a retirada varia de acordo com a produção. Os sócios definem coletivamente, em assembleia, se as retiradas devem ser iguais ou não (SINGER, 2002).

Durante os últimos 20 anos, o Brasil presenciou a emergência de uma nova categoria sociopolítica no meio rural, qual seja, a agricultura familiar, resultado de uma convergência única de fatores ligados a Política de Desenvolvimento Territorial, organizados em colegiados. Por meio dos colegiados, abriu-se diálogo entre diferentes atores ligados tanto ao poder público (federal, estadual e municipal) quanto a sociedade civil, para pensar a inclusão produtiva e a gestão social nos Territórios Rurais e/ou de Cidadania.

Dentre os diferentes desafios desses territórios tem-se o reconhecimento das necessidades históricas da agricultura familiar, fruto dos processos de globalização, da abertura comercial, da crise econômica e do corrompimento da capacidade de intervenção do Estado que vinha minando algum protagonismo das agricultoras e agricultores familiares em assegurar a produção e a geração de emprego e renda de inúmeros países. Diante desse contexto, os movimentos da agricultura familiar passaram a propor políticas diferenciadas de desenvolvimento rural (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014; SALES, *et.al*, 2018).

A agricultura familiar na contemporaneidade é uma atividade socioeconômica e cultural que pode ser caracterizada por uma identidade tríplice (CHALITA, 2005) personificada da seguinte maneira, ressaltando as adaptações dos autores deste texto a citação original: a) na agricultora/no agricultor que conta com a participação de outros membros da família, que guarda e repassa memórias, valores, costumes, sentimentos, modo de viver, sementes; b) na trabalhadora/no trabalhador que



necessita saber cultivar a terra e agregar valor aos produtos; e, c) na empreendedora/no empreendedor que também precisa saber fazer o planejamento, a gestão, a diversificação de cultivos, produtos e atividades.

No tocante a diversificação é algo necessário para garantir a renda, o próprio consumo familiar, a redução de risco em relação a perdas (SANGALLI; SCHLINDWEIN, 2013) e prejuízos na comercialização dos produtos e a organização do trabalho que pode levar em consideração as mudanças da natureza ao longo do tempo e do ano. Logo, há um potencial de ativação e de valorização de ativos locais que podem revelar potenciais culturais até mesmo em épocas de crises estruturais contribuindo com o desenvolvimento territorial rural (ABRAMOVAY, 1999).

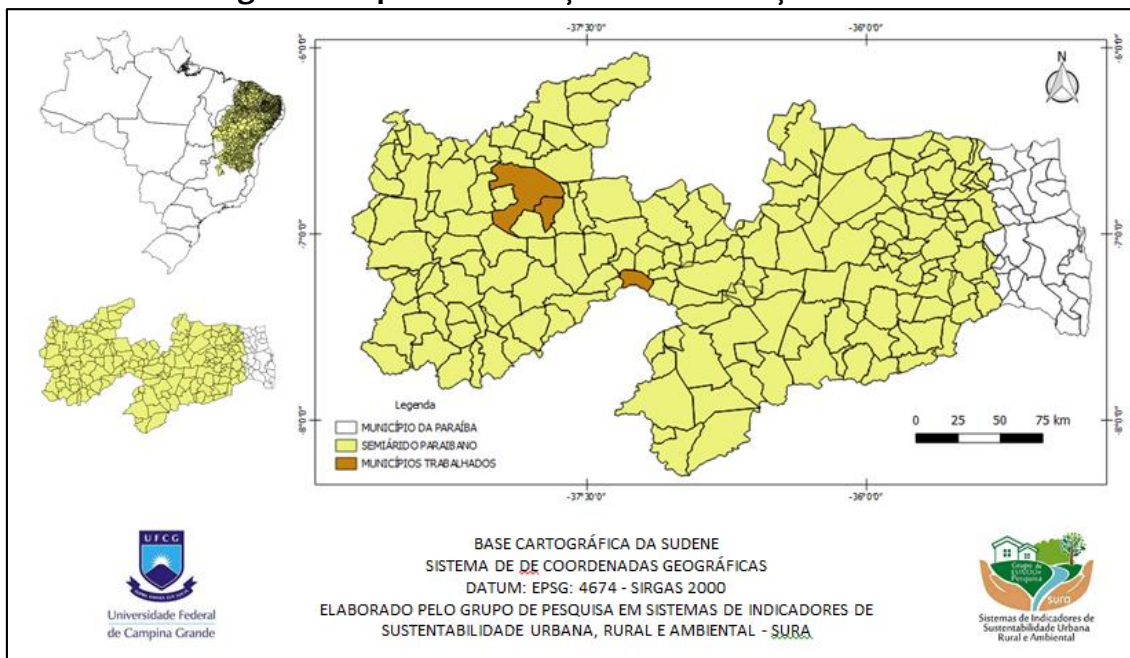
O reconhecimento da agricultura familiar no país tem se dado de três formas principais, distintas, mas conexas entre si. A primeira diz respeito ao aumento de sua importância política e dos atores que se compuseram como seus representantes. A segunda se refere ao reconhecimento institucional promovido pela definição de espaços no Estado, criação de políticas públicas e pela Lei da Agricultura Familiar (LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006). E a terceira resulta do trabalho de reversão das valorações negativas que eram atribuídas a este modelo de agricultura, tais como: atrasada, ineficiente e inadequada. Por meio de uma luta simbólica dirigida pelo sindicalismo, por setores e do Estado, a agricultura familiar passou a ser relacionada com adjetivos considerados positivos, tais como, moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos (PICOLOTTO, 2014).

Apesar dos avanços identificados ainda existem conflitos internos principalmente no tocante ao papel de liderança que as mulheres e jovens podem vir a desempenhar nos empreendimentos da agricultura familiar (BRUMER; ANJOS, 2008). Nesta atividade socioeconômica e cultural a figura do patriarcado está muito vinculada à figura do provedor da família, do chefe do empreendimento e do tomador de decisões, que via de regra, tende a ser incrédulo às inovações, enquanto a esposa e os filhos passam a ter a “obrigação” de ajudar pela garantia de manutenção das necessidades básicas da família. No entanto, vivencia-se um momento de revisão, de construção de novos olhares, de novas formas de pensamento com ações indutoras de parcerias que podem reforçar os laços afetivos, as liberdades, mas também as responsabilidades sociais, econômicas, culturais e ambientais entre homens e mulheres inclusive incentivando a inserção dos jovens no trabalho da agricultura familiar.

Por isso o presente artigo optou por evidenciar o trabalho desempenhado por agricultoras. Assim, o objetivo foi analisar as agroindústrias familiares no tocante à diversificação da atividade no Semiárido da Paraíba dando destaque para experiências lideradas por mulheres que tiveram ousadia em acolher a produção de novos produtos, preocupadas com qualidade e, demonstrando o potencial da inovação na agricultura familiar. Os procedimentos metodológicos pautaram-se na pesquisa-ação e na realização de rodas de conversa, destacando o relevante trabalho desempenhado por agricultoras rurais das Associações Rurais Várzea Comprida dos Oliveiras, localizada em Pombal – PB; Riacho dos Currais em São Bentinho – PB e Poços de Baixo em Teixeira – PB (ver Figura 1). A inovação relacionada às agroindústrias citadas pauta-se na participação em fóruns, na adoção de metodologias participativas, na construção de conhecimento a partir da diversidade identitária e nos sistemas de produção que oferecem aos mercados locais alimentos

saudáveis gerados com base na superação das desigualdades, na distribuição de renda e no princípio da autonomia, da solidariedade e, da proteção à natureza.

**Figura 1. Mapa de localização das Associações Rurais**



Fonte: Elaborado por LabGeo/CCTA/UFCC e por membros do Grupo de Pesquisa SURA/UFCC/CNPq, 2018.

Para tanto, a estrutura deste artigo está subdividida em sete seções. A primeira versa sobre uma introdução ao tema, o objetivo geral e, uma breve descrição da área objeto da pesquisa do trabalho. A segunda, apresenta uma abordagem sobre a relação entre as ações de desenvolvimento territorial que contribuíram com a geração de produtos e serviços com forte influência dos conceitos ligados à inovação e aos modelos solidários de articulação. A terceira, apresenta a metodologia, que utilizou o método proposto por Prodanov e Freitas (2013) e tem como princípio o estudo de um caso, somado ao procedimento da formação de roda de conversa.

A quarta seção são os resultados que demonstram que a inovação social e a construção solidária se concretizam a partir de alguns elementos, dentre eles a efetivação das parcerias institucionais que possam fortalecer os laços com a economia solidária. A quinta, evidencia as conclusões pautadas no destaque ao papel das mulheres e na a importância de produzir, de agregar valor à produção da agricultura familiar, de assegurar a proteção à natureza, de buscar a qualidade dos alimentos para garantir a saúde das pessoas. A sexta, é um breve agradecimento e, a sétima são as referências bibliográficas.

## **2 Ações de desenvolvimento territorial em torno de produtos e serviços que incluem a inovação social e as construções solidárias**

Os alicerces que erguem a discussão sobre desenvolvimento territorial pautam-se, principalmente, em duas problemáticas, quais sejam: pobreza rural e

desigualdade socioambiental e regional. Estes problemas são complexos e necessitam de uma discussão multidisciplinar que englobe atores sociais e capacidades para buscar solução para questões econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Por conseguinte, há visões que são apresentadas em diferentes documentos, desde àqueles elaborados pelo Banco Mundial até os construídos por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que partem das análises de suas realidades concretas.

As especificidades locais estão postas nos crescimentos espaciais desiguais, cuja economia sustenta-se em atividades que fortalecem as relações entre o rural e o urbano que vislumbram como elementos indutores do desenvolvimento dois aspectos, como destacaram Modrego e Berdegué (2015): a) mobilidade do trabalho e do capital entre regiões e/ou territórios com diferentes níveis de organizações, de produtividade e, que gradualmente conseguem contribuir com uma situação de equilíbrio da economia distribuída em diferentes espaços geográficos; e b) efeitos diretos e as externalidades que passam pela aglomeração econômica, mas também revelam elementos econômicos e não econômicos que ultrapassam as expectativas e as relações simplórias do modelo hegemônico que não consideram os níveis de conscientização, das tensões e das necessidades da sociedade em desenvolvimento.

Por um lado, percebe-se que estas sociedades em desenvolvimento se tornarão ainda mais frágeis, haja vista que, na atualidade vivencia-se uma ausência de políticas públicas estruturadas e estruturantes, fato que dificulta a organização de políticas de inovações territoriais. Logo, questiona-se como seria possível construir uma agenda transformacional com uma abordagem da especialização inteligente. Esta abordagem aponta para o incentivo de uma dinâmica econômica, social, cultural e territorial que coloca os atores sociais na centralidade do processo de desenvolvimento, cujas atividades têm origem nas competências individuais que por sua vez, revelam talentos com capacidade de gerar riquezas, empregos e até mesmo propriedade intelectual (FERNANDES, *et. al.*, 2018).

Se existir o desejo em alcançar uma agenda transformacional com uma abordagem da especialização inteligente será necessário atentar-se às quatro inovações principais, quais sejam: 1) abandonar o foco setorial da política pública tradicional em favor da identificação de atividades mais definidas e emergentes de forma mais estreita dentro e entre setores; 2) priorizar apenas um conjunto limitado de atividades e formas de organização no/do território e/ou da região; 3) exigir que os formuladores de políticas identifiquem as prioridades com base em evidências sólidas e envolvimento significativo de partes interessadas, tais quais as instituições de pesquisa, universidades, representantes da gestão pública, sociedade civil e empresas privadas; e, 4) desenvolver mecanismos de monitoramento para efetivamente apoiar a aprendizagem política, tornando assim o ciclo político sustentável e alterado de acordo com as necessidades reais, tal qual apontaram Kleibrink, *et. al.* (2016).

Percebe-se que a inovação e as ações de desenvolvimento territorial em torno de produtos e serviços sofrem influências das políticas intersetoriais, da cooperação territorial, da parceria entre atores, da participação, do fortalecimento da cidadania, do fortalecimento da economia e dos princípios da sustentabilidade social, ambiental e institucional. Por conseguinte, estes são elementos fundamentais também para

que haja a governança (vertical/ horizontal e multinível) em escala local, territorial e regional (ROMERO; FARINÓS, 2011).

A governança e o desenvolvimento territorial precisam respeitar as regras de ações das instituições locais e seus modos de organização, seu tempo de funcionamento, seus acordos de confiança, suas relações interpessoais, ao passo que também tenham a sensibilidade de identificar os limites e potencialidades da tecnologia de produção, procedimentos de gestão, modo de cultivar e transformar matéria-prima em produtos, principalmente pelo fato desses componentes serem dinâmicos e, não poderem ser impostos por atores sociais que estejam acima ou fora da realidade (STORPER, 1995).

Imposições e criações de territórios e de modelos prontos de desenvolvimento territorial são pontos questionáveis, falidos, prontos a enfrentar o fracasso até porque o desenvolvimento territorial trata-se de uma construção coletiva na qual emergem os interesses de atores locais (PECQUEUR, 2013). É um processo imbuído por um registro de um coletivo que se manifesta no modo de mobilização, de organização e de produção como uma marca indelével, impossível de ser replicada na íntegra como imposição por algum ator social que apresenta uma hierarquia superior ou o poder interventor da gestão pública ou mesmo da academia.

Por outro lado, verifica-se que há dois elementos que desempenham papéis relevantes na implementação de mecanismos do desenvolvimento territorial, que são os processos de produção e a governança que se atrelam a inovação a partir de naturezas diversas, sejam elas tecnológica, organizacional, social e/ou institucional, que na opinião de Torres (2018), podem ganhar força se forem acessadas algumas chaves, tais quais: lealdade e/ou cooperação; voz e/ou competição; saída espacial e/ou relocação.

Compreende-se que na atualidade as dinâmicas sociais são embaladas pela economia do conhecimento que vem imprimindo novos traços nas relações das pessoas com a natureza, destas entre elas e, também mudanças pessoais internas. Ao mesmo tempo, as dinâmicas sociais geram impactos diretos nos conceitos, nos modos e nos valores destacando a capacidade humana de identificar os problemas e buscar soluções ressaltando o seu potencial criativo e inventivo, fato destacado como fundamental para que ocorram as inovações. No entanto, a inovação tem seu viés econômico e, sua evolução está na “potencialidade de gerar alguma modalidade de bem ou serviço passível de comercialização” (MUÑOZ; MUÑOZ, 2017).

A inovação social consegue ampliar o foco puramente econômico e apresenta-se como um elemento que pode contribuir com a melhoria da qualidade de vida, a condição de vida, a proteção à natureza, a organização e o desenvolvimento de empreendimentos, de instituições, de redes colaborativas, dentre outros. No entanto, alguns pensadores afirmam que apesar de não ter hierarquia e, aspectos mais importantes do que outros, é bem verdade que há a necessita de investimento, fato que diferencia os processos que ocorrem no espaço urbano do espaço rural cujas dinâmicas e lógicas de funcionamento são próprios e resultados de interações diferenciadas com reduzidos pontos de interligações (PINTO; SALAMONI, 2012).

Em espaços urbanos a inovação é muito mais visível do que nos espaços rurais, uma vez que o financiamento privado rural é limitado e por isso, geralmente, ao menos no início do processo, necessita de linhas de crédito, de financiamento



governamental (ROVER; GENNARO; ROSELLI, 2017) e da constituição de redes colaborativas solidárias.

As construções solidárias passam pelo fortalecimento e troca de saberes de uma rede de agricultores e agricultoras, que tem uma participação massiva de mulheres. Mas, há ainda muitos desafios a enfrentar, desde transformações pessoais até coletivas e de orientações/acompanhamento das formas de acessar as informações e os modos para destravar as burocracias em esferas externas.

A batalha das mulheres rurais foi destacada em sete pontos no trabalho de Merelas-Iglesias e Sánchez-Bello (2018):

Contribuyen a la movilización de las mujeres en zonas aisladas o contextos de soledad; Habitualmente el número de socias no es muy elevado, manteniendo una estructura interna con escasa rotación en los puestos directivos; Elevada media de edad de las socias, situada por encima de los cuarenta años y con una baja implicación de las mujeres más jóvenes; La situación profesional de las socias suele estar marcada por el trabajo doméstico, teniendo también presencia las pensionistas y jubiladas; El ámbito de actuación es la comunidad local inmediata; Para el financiamiento de las actividades suelen contar con fondos públicos derivados de subvenciones que pueden venir de distintos niveles administrativos: autonómico, provincial o municipal; Bajo nivel educativo e insuficiencia de medios tecnológicos, destacando importantes déficits en el acceso a las nuevas tecnologías de la información y de la comunicación (MERELAS-IGLESIAS; SÁNCHEZ-BELLO, p. 177, 2018).

Mesmo em cenários de dificuldades e de necessidade de superação percebe-se que no Brasil contemporâneo vivenciou-se uma “revalorização” do campo, mas os avanços da ciência, da tecnologia, da inovação, da informação foram disseminados de modo desigual e seletiva (HESPANHOL, 2013).

A necessidade da reconfiguração das articulações entre o rural e urbano e sua importância mediante sua diversidade e suas dimensões espaciais que precisam estabelecer e manter um diálogo com as institucionalidades e com as políticas públicas, motiva pesquisadores na busca por construção de conexões e avanços, tal qual ocorreu com a coordenação geral partilhada entre a Professora Doutora Tânia Bacelar da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e os representantes do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Humberto de Oliveira e a Lucila Bezerra, com sua equipe no Projeto “Repensando a ruralidade brasileira” iniciada em 2014.

Destaca-se que a reconfiguração passa pelo reconhecimento de que herdou-se no Brasil a visão de uma supervalorização do urbano e, do rural como sendo a porção externa, ou seja, aquilo que não se enquadra ou que sobrou, algo quase desprezível, visão incorporada pelos legisladores que têm o poder de definir quais as áreas rural e urbana em seus municípios.

Por conseguinte, a terra urbana passou a ser valorizada e a terra rural desvalorizada, elemento fundamental para o fortalecimento da base territorial apropriada pela agropecuária patronal moderna que ocupou principalmente o centro do país estendendo-se para as bordas do Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. Quanto à porção central do Norte, Nordeste e Sul, destaca-se a concentração da agricultura de base familiar, que até 2010 não despertava o interesse da agropecuária patronal por

diferentes motivos, mas que também pode encontrar um espaço de coesão, de identidade, de preservação da cultura, de relação direta com a natureza e, de dinâmica social, que sobressai em detrimento ao sentimento único de exploração da terra para acúmulo do capital.

Os espaços da agricultura familiar estão aos poucos sendo incluídos nas discussões de parcelas da sociedade que iniciam o diálogo sobre a relevância do consumo de alimentos, sobre o poder de oferecer nutrientes com a função de manter o corpo humano saudável e a natureza equilibrada mediante a adoção de práticas de cultivos sustentáveis. Isso passa a ser um elemento de conexão entre os espaços rurais e urbanos, e mais que isso, representa um potencial que pode dar respostas inovadoras a problemas que historicamente assolam regiões rurais e urbanas, além de estar se tornando uma prática que indica aumento da consciência sociopolítica acerca dos problemas vinculados ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento territorial possibilita a visibilidade do relevante papel desempenhado pelas agroindústrias da agricultura familiar no provimento de alimentos saudáveis. Para tanto, faz-se mister manter os espaços de participação, de articulação, de inovação e construção social, haja vista a necessidade de dar o destaque aos tipos de atividades socioeconômicas e culturais numa agenda de futuro de uma sociedade, que tenha como pauta prioritária a manutenção da sustentabilidade e das condições de vida humana dentro dos padrões nutricionais que superem os problemas de desnutrição, de obesidade valorizando os processos igualitários, inclusivos e de valorização dos atores sociais rurais.

### 3 Metodologia

O método utilizado foi proposto por Prodanov e Freitas (2013) e tem como princípio o estudo de um caso em profundidade que pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes. Esses casos podem ser indivíduos, instituições, grupos, comunidade etc. Nessa situação, o processo de pesquisa visa a examinar o tema selecionado de modo a observar todos os fatores que o influenciam, analisando-o em todos os seus aspectos.

Os procedimentos adotados para a realização do estudo foram pautados em dois momentos, quais sejam: A) Sensibilização *in lócus*, no qual com o apoio da Incubadora de Agronegócios das Cooperativas, Organizações Comunitárias, Associações e Assentamentos Rurais do Semiárido da Paraíba (IACOC) foi possível ir às comunidades de Várzea Comprida dos Oliveiras (Pombal/PB), Riacho dos Currais (São Bentinho/PB) e Poços (Teixeira/PB) para conversar sobre os temas relacionados à economia solidária fato que possibilitou previamente no aprofundamento do levantamento bibliográfico e, posteriormente na análise descritiva, que também levou em consideração à constatação sobre a noção que as agricultoras e agricultores tinham sobre estes temas.

B) Num segundo momento, a estratégia foi construir um instrumento estrutural orientador para nortear o diálogo com as comunidades rurais que fazem parte do Fórum Permanente Sertanejo da Economia Solidária. Assim, foi solicitada a permissão em participar de uma reunião do Fórum unicamente com a intenção de impulsionar perguntas previamente elaboradas, mas também a interação do grupo (facilitadores e participantes) na etapa da roda de conversa foi o instante mais

frutífero para conseguir captar os elementos que revelaram os modos que colocam em prática as construções solidárias e também a inovação social.

E, assim foi possível registrar as memórias, as práticas, além de detectar e sistematizar as informações sobre o envolvimento das comunidades que têm a agricultura familiar como uma atividade socioeconômica e, tentar explaná-las no item resultado e discussão.

#### 4 Resultados e Discussão

Nos últimos anos, a diversificação da atividade agrícola no Semiárido da Paraíba acompanhou os mecanismos da política territorial nacional orientados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a organização estrutural dos colegiados territoriais e, com o acompanhamento dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET's). Estimulados e funcionando de modo articulado, agricultores, sociedade civil organizada e instituições de pesquisa e ensino foram incluídos em espaços de diálogos e participação que suscitou na descoberta da importância de implementar uma dinâmica que considerou os pilares da sustentabilidade, tanto econômico e social quanto o ambiental.

Tais discussões apresentaram aos agricultores de origem familiar modos de acesso a políticas públicas, assessoramento para vencer as burocracias, apoio para elaboração de projetos, assistências técnicas e, incentivos para inovação com linguagens diferenciadas para trabalhar desde o cultivo até a organização, a gestão social e a produção de alimentos, bem como a fabricação de produtos agroindustriais muitas vezes de forma artesanal, mas que preze pela qualidade, pela segurança alimentar e pela incorporação dos princípios da economia solidária.

Os princípios da economia solidária estão sendo elucidados pelo Fórum Estadual da Economia Solidária da Paraíba através da realização de Encontros Anuais com o propósito de formar e trocar experiências entre agricultoras, agricultores e ativistas que acreditam que este é um caminho para fortalecer a atividade da agricultura familiar ao passo que preserve a cultura, cuida da natureza e da saúde das pessoas tendo a justiça social e econômica como algo viável. Assim, o Fórum Permanente Sertanejo da Economia Solidária segue estas diretrizes e liderada pelo PASPP (Programa de Ação Social de Políticas Públicas, da Igreja Católica, Diocese de Cajazeiras/PB) organiza as reuniões mensais com as comunidades rurais e, suas respectivas agroindústrias, para reforçar os princípios da economia solidária, bem como, para identificar os desafios e articular com instituições que podem sanar as dificuldades sejam financeiras, de produção, de qualificação, de gestão, econômicas, sociais e/ou ambientais. Isto está sendo relevante também no processo de inovação e na diversificação na agricultura familiar do Sertão Paraibano.

Atrelada a este contexto, a Associação Comunitária da Várzea Comprida dos Oliveiras, localizada na zona rural do município de Pombal, Sertão da Paraíba, apresenta-se como uma força de cooperação capaz de transformar vidas em torno de todo o Semiárido. Inicialmente foi constituído um grupo de 21 mulheres que uniram forças para construir uma padaria comunitária com a ajuda de parceiros. A Associação se firmou na comercialização de produtos da panificação, como os bolos, pães e biscoitos, além do cultivo de hortaliças.

Na luta para a aquisição e melhoramento de infraestrutura no tocante a instalações e equipamentos, foi possibilitada a criação de uma marca em 2015, o Bolo das Oliveiras. As mulheres necessitavam de uma fonte de renda, então passaram a produzir e vender os bolos no comércio local ainda na informalidade, o que logo se tornaria uma parceria interessante de fornecimento para a merenda escolar das escolas públicas (Figura 3). A produção na comunidade está basicamente relacionada a produtos de panificação, mas o mesmo grupo de mulheres também produz hortaliças que são vendidas em feiras municipais da região. Princípios da economia solidária são seguidos no grupo, às vezes, de forma inconsciente, na medida em que se tem uma troca de produtos dependendo de suas necessidades, realização de mutirões para benefício do grupo, bem como a repartição igualitária dos lucros obtidos na produção.

**Figura 2. Agroindústria da Agricultura Familiar “Bolo das Oliveiras”**



Fonte: Autores, 2018. Local: Várzea Comprida dos Oliveiras, Pombal, Paraíba, Brasil.

Acreditar na potencialidade do negócio venceu a falta de padronização, a qualidade e as condições sanitárias da produção, uma vez que a suspensão das atividades da nutricionista pela prefeitura municipal, em 2010, não abalou as paraibanas. Elas recorreram ao Programa de Estudos e Ações para o Semiárido (PEASA/UFCC), sendo que a primeira visita de profissionais da Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Campina Grande (UFCC), Câmpus de Pombal ocorreu em 2011 e desde então vem sendo acompanhadas. A agroindústria foi incubada através da IACOC.

A IACOC é uma incubadora de agronegócios que tem por objetivo oferecer suporte para alavancar o potencial e promover empreendimentos de sucesso no meio rural do Semiárido da Paraíba. De modalidade virtual, visa apoiar os empreendimentos à distância, estimulando a agregação de valor na agricultura familiar da região. A sua gestão é de responsabilidade da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB) em parceria com o PEASA/UFCC, sendo o primeiro



responsável pelo gerenciamento e o último pela execução das ações de estruturação da Incubadora, o que vem elevando o desenvolvimento inclusivo do empreendimento no mercado, principalmente institucional.

As ações de sensibilização sobre empreendedorismo rural são realizadas de forma contínua no Bolo das Oliveiras, visando o melhoramento da unidade de produção e conscientização dos colaboradores. É sabido que existem vários gargalos quando se fala em desenvolvimento em comunidades rurais, mas a metodologia implantada apresenta resultados palpáveis nesta comunidade em especial.

A padaria comunitária Bolo das Oliveiras recebeu capacitações, oficinas e cursos específicos para que a produção se tornasse padronizada e de qualidade aceitável para inserção nos mercados. Foram recomendadas as Boas Práticas de Fabricação dos produtos elaborados, bem como organização do processo produtivo. Desta forma, a associação apresentou potencialidade para venda de seus produtos de forma organizada e estruturada. As práticas realizadas através da IACOC mostram uma aplicabilidade em comunidades rurais fazendo com que se tornem sustentáveis com foco no empreendedorismo e na capacitação técnica das organizações produtivas do setor familiar.

Organizada da mesma forma, encontramos a Associação Comunitária de Riacho dos Currais localizada no município de São Bentinho – PB, que possui doze anos de fundação e reúne agricultores, agricultoras e apicultores em atividade ativa. Desde 2013 o grupo de mulheres, a fim de contribuir com a renda familiar, se propôs a trabalhar na produção de bolo e polpas de frutas, sendo a produção destinada ao mercado institucional dentro do município para a alimentação escolar através do PNAE (Programa Nacional de Aquisição de Alimentos). A atividade de produção de mel ficou sob responsabilidade dos homens, mas também é acompanhado de perto pelas mulheres, visando preservar a qualidade do mel extraído e a higiene.

Os produtos elaborados pela comunidade apresentam marca Emaná Mel e já estão sendo estruturadas organizações produtivas do setor familiar para alimentos saudáveis no mercado. Com visão empreendedora, o grupo busca qualificar as suas ações produtivas para melhorar a qualidade de vida e, para tanto às práticas estão relacionadas à economia solidária.

### **Figura 3. Agroindústria da Agricultura Familiar “Emaná Mel”**



Fonte: Autores, 2018. Local: Associação Comunitária de Riacho dos Currais, São Bentinho, Paraíba, Brasil.

Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Poços localiza-se no município de Teixeira, estado da Paraíba, foi fundada em 2004. Seus associados desenvolvem o cultivo de alimentos e, a partir da constituição de um fundo rotativo conseguiram construir cisternas para garantir o acesso a água com qualidade e quantidade suficiente para suprir suas necessidades humanas, mas também para o início de uma agroindústria de polpa de frutas cuja preocupação era evitar o desperdício principalmente daquelas que estão disponíveis em abundância na região da Serra de Teixeira. Em tempo de safra, principalmente do Umbu, fruto originário da planta arbórea Umbuzeiro (*Spondias tuberosa* L.), a quantidade de fruto é tão significativa que há trocas entre agroindústrias principalmente àquelas cuja região não dispõe do fruto em abundância, tal qual o Alto Sertão e o Litoral Paraibano. Isto ocorre entre agroindústrias e comunidades que fazem parte do Fórum Estadual da Economia Solidária da Paraíba. Além disso, todas e todos os associados recebem o acompanhamento da Organização Não Governamental “Centro de Educação Popular e Formação Social” (CPFS), que tem a economia solidária como referência.

Assim, as mulheres da Comunidade Rural de Poços organizaram também uma agroindústria de polpa de frutas “Sabor da Serra”, a partir da identificação do desperdício que existia na comunidade e região. Então passaram a adquirir e comercializar, inicialmente entre os vizinhos e depois por meio dos programas governamentais de aquisição de alimentos da agricultura familiar. O dinheiro oriundo desta atividade é dividido em duas partes, uma fica entre os membros do grupo e a outra fica em caixa para possíveis melhorias da associação e, também da comunidade. Já houve investimento num Fundo Rotativo Solidário para aquisição de equipamento para a agroindústria e até empréstimo para moradores da comunidade comprar remédio, numa urgência. Por motivos de certificação, a agroindústria não está comercializando para o mercado convencional, porém, ela já chegou a produzir em torno de 2.000 a 2.500 kg por mês. Hoje a meta da associação é conseguir o Selo

de Inspeção Federal (SIF) para inserir mais famílias na agroindústria e aumentar a produção.

**Figura 4. Agroindústria da Agricultura Familiar “Sabor da Serra”**

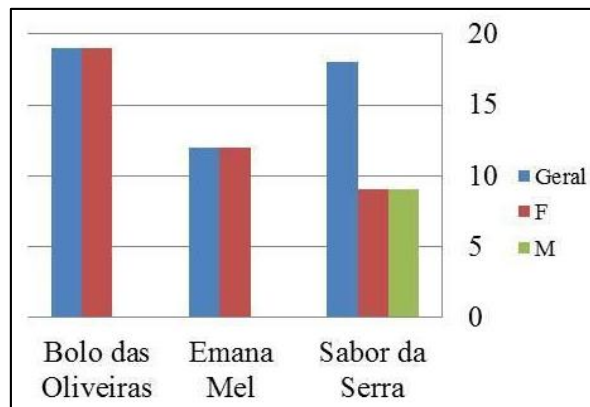


Fonte: Autores, 2018. Local: Unidade de Beneficiamento de Frutas e Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Poços, Teixeira, Paraíba, Brasil.

Em comum verificou-se que em todas as três agroindústrias os produtos utilizados são acompanhados por organizações não governamentais, tais quais o CPFS e o PASPP, bem como, por pesquisadores da UFCG o que assegura que desde seu plantio até a produção não há o uso de fertilizante ou agrotóxico. Este é um importante aspecto haja vista o interesse em assegurar a qualidade do produto para que os consumidores passem a valorizar os produtos locais, sem risco à saúde e ao meio ambiente e, que tenham origem na agricultura familiar.

A força de trabalho é composta por homens e mulheres, mas há uma participação de destaque das mulheres na Agroindústria Bolo das Oliveiras e na Emaná Mel nas quais representaram 100% e, na Sabor da Serra esta representação é de 50% (ver Gráfico 1). Quanto ao nível educacional desta força de trabalho, identificou-se que 8% têm ensino superior, 2% tem ensino médio mas afirmou não dominar nem a língua portuguesa nem a matemática, 49% tem ensino fundamental I (de 1º ao 5º ano) mas não domina nem a língua portuguesa nem a matemática, 39% tem ensino fundamental I (de 1º ao 5º ano) e domina a língua portuguesa e a matemática, e 2% são analfabetas.

**Gráfico 1. Agroindústrias e o gênero da força de trabalho**



Fonte: Autores, 2018.

No tocante aos Selos de Inspeção Estadual e Federal viu-se que duas agroindústrias afirmaram não possuir nenhum dos selos e, uma não soube informar. Resultados semelhantes foram obtidos quanto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), o que permite afirmar que das três associações as quais as agroindústrias estão vinculadas, uma não possui registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Esse ponto permite questionamentos a serem abordados em trabalhos futuros, porque isto causa a informalidade e invisibilidade desta atividade e, até mesmo a impossibilita de emitir notas fiscais, ter respaldo jurídico e legalidade fiscal e também possuir o benefício de solicitar máquinas de cartão com taxas menores, melhores condições de financiamento para ampliação do negócio entre outros benefícios.

Outro elemento fundamental para a produção nestas agroindústrias é a disponibilidade e qualidade da água que é utilizada na produção dos alimentos. Verificou-se que quantidade de água é satisfatória mediante a existência de cisternas de placa e poços artesianos. Já no tocante à qualidade da água, 100% responderam que nas comunidades há água potável.

No entanto, em relação ao tipo de tratamento, todas utilizam cloro no tratamento da água, porém quando questionados se a água utilizada na agroindústria tem tratamento adequado, apenas a Agroindústria Sabor da Serra afirmou que sim, pois faz a aplicação de cloro. A agroindústria Bolo das Oliveiras respondeu que não possuía nenhum tipo de tratamento adequado, mas que sem orientação técnica faziam uso de hipoclorito de sódio de forma manual; e, a Emaná Mel não soube informar. Isso contradiz a pergunta anterior onde 100% afirmou que tem água potável em sua comunidade. Se faz necessária uma análise desta água para saber as suas características e, se ela não seria um condutor de contaminantes para os alimentos produzidos, principalmente aqueles empreendimentos que produzem as polpas de frutas.

Assim, os elementos acompanhados e acima expostos, demonstram que será necessário o estabelecimento de algumas parcerias institucionais, principalmente aquelas que possam fortalecer os laços com a economia solidária, mas também com a apresentação de soluções simples para problemas simples, a exemplo do acompanhamento da qualidade da água para produção dos alimentos e, estes são fatores que permitiram elencar a conclusão.

## 5 Conclusão



Percebeu-se que as atividades vinculadas à agricultura familiar que estão sendo organizadas nas agroindústrias de alimentos demonstram uma lógica que funciona como elo, que neste momento compreende-se que está sendo a formação de Associações de Agricultoras e Agricultores Familiares e também constituição do Fórum Permanente Sertanejo da Economia Solidária que abre o espaço para compartilhar os saberes, as dificuldades e, identificação de parceiros que podem contribuir com o pleno funcionamento de empreendimentos sonhados em conjunto e com o desejo de construir dias melhores para as famílias do campo, mas também para oferecer produtos de qualidade e com os princípios da proteção à natureza.

Assim, está sendo estabelecida uma rede de solidariedade entre as comunidades rurais que extrapola os limites dos municípios e, também dos territórios rurais, haja vista que esta rede consegue uma articulação através do Fórum Sertanejo da Economia Solidária entre todas as comunidades rurais do Sertão, conseqüentemente do Semiárido Paraibano. Notou-se ainda que dentre os temas abordados destacam-se a sustentabilidade, a natureza e suas mudanças provenientes da intervenção humana, da necessidade de criar oportunidades iguais para mulheres e homens e, também a possibilidade de compartilhar entre membros da rede a troca de produtos para fortalecer a produção e agregação de valores aos produtos da agricultura familiar.

A construção de uma identidade do produto que revele a essência do povo Sertanejo também foi algo ressaltado como um elemento importante para que haja à diversificação da atividade agrícola no Semiárido da Paraíba, mas com cuidado para que as pessoas não sejam cooptadas para uma atividade de natureza diferente como é o caso do setor de serviços, por exemplo, simplesmente pelo fato de ser algo “mais valorizado” pela sociedade puramente capitalista. Faz-se mister enaltecer o elemento cultural para ressaltar o papel preponderante da inovação social no provimento de alimentos saudáveis que garante a saúde de toda a sociedade, principalmente da parcela das pessoas que vivem nas cidades.

Considera-se então que a inovação social e as construções solidárias são relevantes no processo de produção, de agregar valor à atividade da agricultura familiar, de assegurar a proteção à natureza, de buscar a qualidade dos alimentos para evitar as doenças nas famílias. E, por isso já iniciou-se a tomada de consciência de que é importante consumir alimentos que não entraram em contato com os agrotóxicos, além de produtos processados com adição de químicos e conservantes.

## 6 Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq por apoiar o projeto “Estímulo ao desenvolvimento de estudos e ações para empreendimentos solidários no Seminário paraibano através da incubadora IACOC”, processo nº 442005/2017-2.

## REFERÊNCIAS



ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Vols. 28 nºs 1, 2 3 e 29, nº1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo – SP: Cortez; Campinas-SP: UNICAMP,1995.

AZAMBUJA, L. R. Os Valores da Economia Solidária. **Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p.282-317, 11 jul. 2009.

BACELAR, T.; OLIVEIRA, H.; BEZERRA, L. (Coord.). O Brasil rural contemporâneo: reafirmando a importância e a diversidade. **ANAIS**. 52º Congresso da SOBER. Goiânia – GO, julho de 2014.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**. Ano 11, nº. 12, p. 06-17, jan.-jun., Presidente Prudente - SP, 2008.

CANO, W. Uma agenda nacional para o desenvolvimento. **Revista Tempo no Mundo**. Vol. 2, nº 2, dez. Brasília – DF: IPEA, 2010.

\_\_\_\_\_. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**. Vol. 21, Nº Especial, pp.831-85, 2012.

CHALITA, M. A. N. Agricultura familiar na citricultura paulista: a reconstituição da trajetória de um conceito. **ANAIS**. XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/381.pdf> Acesso em: 16/06/2019.

CORNELIAN, A. R. **A concepção de “economia solidária” em Paul Singer:** descompassos, contradições e perspectivas. Araraquara – SP: Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia, UNESP, 2006. (Dissertação de Mestrado).

FERNANDES, R. GAMA, R.; BARROS, C. **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management). Vol. 10, supl. 1, p. 212-227, 2018.

HESPANHOL, R. A. M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Revista Mercator**. Vol. 12, nº especial, 2, p. 103-112, Fortaleza – CE: set, 2013.

KLEIBRINK, A.; GIANELLE, C.; DOUSSINEAU, M. Monitoring innovation and territorial development in Europe: emergent strategic management. **European Planning Studies**. Vol. 24, nº 8, p.1438-1458. European Union: Taylor & Francis Group, 2016.

MERELAS-IGLESIAS; SÁNCHEZ-BELLO. El papel del asociacionismo de mujeres en el medio rural coruñés y los beneficios de la participación. **Estudios Rurales**. Vol. 8, nº 16, p. 176-188. Buenos Aires: CEAR-UNQ, 2018.

MODREGO, F.; BERDEGUÉ, J. A. A Large-Scale Mapping of Territorial Development Dynamics in Latin America. **World Development**. Vol. 73, pp. 11–31, 2015.

MUÑOZ, E. F. P.; MUÑOZ, A. E. P. A inovação social para o desenvolvimento rural: desafios para as instituições brasileiras. **Revista Brasileira de Tecnologia Agropecuária**. Vol. 1, nº 2, p.146-158, 2017.

PECQUEUR, B. Territorial development. a new approach to development processes for the economies of the developing countries. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**. Vol.10, nº 2, p. 8-32, Jul./Dez. Florianópolis-SC, 2013.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Vol. 52, nº 1, p. 63-84, 2014.

PINTO, C. V. S.; SALAMONI, G. Urbanização e ruralidade: concepções teóricas e estudo empírico em Pelotas-RS. **ANAIS**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – “Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”. Uberlândia – MG: 15 a 19 de outubro de 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo - RJ: Feevale, 2013.

ROMERO, J.; FARINÓS, J. Rediscovering governance behind right government practices. democracy as basis, territorial development as result. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**. Nº 56, p. 461-466, 2011.

SALES, L. G. L.; SALES, R. M. M.; CÂNDIDO, G. A.; LEITE, K. M. M. Mudança Climática, políticas públicas e vulnerabilidade: um olhar para o território rural do Semiárido brasileiro. In: PERAFÁN, M. E. V.; GRISA, C.; TARTARUGA, I. P.; RAMIREZ-MIRANDA, C. A. (Orgs.). **Gestão e dinâmica em desenvolvimento territorial**. Curitiba-PR: CRV, 2018.

SANGALLI, A. R. SCHLINDWEIN, M. M. A Contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural de Mato Grosso do Sul - Brasil. **REDES**. Revista do Desenvolvimento Regional. Vol. 18, nº 3, p.82-99, septiembre-diciembre, 2013.

ROVER, O. J.; GENNARO, B. C.; ROSELLI, L. Social Innovation and Sustainable Rural Development: The Case of a Brazilian Agroecology Network. **Sustainability**. Vol. 9, Iss. 3. Basel – Switzerland: Editorial Board, 2017.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 6ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito

das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Vol. 52, nº 1, p. 205-222, 2014.

STORPER, M. Territorial development in the global learning economy: the challenge to developing countries. **Revue Région & Développement**. Nº 1,1995.

TORRES, A. Les moteurs du développement territorial. **Revue d'Économie Régionale & urbaine**. Vol. 4, p.711-737, 2018.

**Ricélia Maria Marinho Sales**. Doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, na área de Ciências do Ambiente. riceliamms@gmail.com

**Maria da Paz Nascimento dos Santos Silva**. Graduada em Agronomia pela Universidade Federal de Campina Grande. Presidente da Agroindústria Fonte de Sabor e Extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba. dapazesilva@yahoo.com.br

**Gesinaldo Ataíde Cândido**. Mestre em Administração pela Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Titular em Administração Geral da UFCG. Professor permanente junto aos Programas de Pós-graduação em Administração da UFPB e da UFCG. gacandido@uol.com

**Luís Gustavo de Lima Sales**. Graduado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande. Professor Classe C- Adjunto III da Universidade Federal de Campina Grande. lglsales@ccta.ufcg.edu.br

Submetido em: 08/03/2019

Aprovado em: 20/07/2019

Como citar: SALES, Ricélia Maria Marinho et al. Inovação Social e Construções Solidárias: o caso das Agroindústrias familiares no Semiárido da Paraíba – Brasil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 163-182, set. 2019. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14123>.